

# **Crescem denúncias de violência doméstica após primeira agressão, por Mônica Bergamo**

*(Folha de S.Paulo, 23/04/2014)* Os casos de mulheres que sofreram violência doméstica e denunciaram o fato logo após a primeira agressão aumentaram 20% no ano passado, em relação a 2012, que teve no total 88 mil registros. O balanço do Ligue 180, que recebe queixas, será divulgado nesta semana pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência. Em 81% dos relatos, o agressor tinha ou teve laços afetivos com a vítima.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Crescem denúncias de violência doméstica após primeira agressão, por Mônica Bergamo](#)

---

## **Congresso e empresas reforçam campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha**

*(SPM-PR, 24/03/2014)* O combate à violência contra a mulher ganha um novo reforço durante esta semana. A Câmara dos Deputados, o Senado Federal e 11 empresas públicas e privadas vão aderir à campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - A Lei é mais forte. A ideia é que os parceiros da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) desenvolvam ações sobre os direitos das mulheres e o

enfrentamento à violência entre o público interno e externo.

Os presidentes da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, e do Senado, Renan Calheiros, assinam termo de compromisso com a ministra da SPM, Eleonora Menicucci, que prevê a elaboração de plano de trabalho em cada uma das instituições. A solenidade de assinatura acontece na terça-feira (25/03), no Plenário do Senado, às 11 horas.

A adesão das empresas à campanha ocorrerá na quinta-feira (27/03), em Brasília, às 10 horas. Vão aderir: Magazine Luiza, Grupo Pão de Açúcar, Fundação Vale, Correios, Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaipu, Avon, Petrobras e Petrobras Distribuidora.

No plano estão previstas atividades para difusão, promoção e fortalecimento de ações de enfrentamento à violência contra as mulheres. A realização de campanhas continuadas de comunicação para prevenção da violência é um dos eixos do programa 'Mulher, Viver sem Violência'. A finalidade do programa é proporcionar atendimento integral às vítimas de violência, por meio de serviços públicos de segurança, justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigamento e orientação para trabalho, emprego e renda.

Lançada em 2012, a primeira fase da Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - A lei é mais forte começou com a proposta de mobilização da sociedade e dos sistemas de justiça e segurança para fortalecer os instrumentos de responsabilização dos agressores. Agora a ideia é que empresas e instituições divulguem e desenvolvam ações sobre a Lei Maria da Penha e o Ligue 180.

As empresas e os parceiros da Campanha se comprometem a unir esforços para o desenvolvimento de ações como:

- I - Divulgar a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 e/ou demais serviços públicos para o atendimento de mulheres em situação de violência;
- II - Desenvolver ações para sensibilizar e ampliar o conhecimento do público interno e/ou externo da empresa acerca dos direitos das mulheres e o enfrentamento à violência; e
- III - Divulgar informações sobre a legislação para o enfrentamento à

violência contra as mulheres, tal como a Lei 11340/2006.

Campanha Compromisso e Atitude

1) Adesão do Poder Legislativo:

Dia: 25/03/14

Local: Plenário do Senado

2) Adesão das Empresas:

Dia: 27/03/14

Horário: 10 horas

Local: Hotel Lakeside, sala Collins

Empresas que vão aderir Compromisso e Atitude

Fundação Vale

Grupo Pão de Açúcar- GPA

Correios

EBC

Caixa Econômica Federal

Banco do Brasil

Itaipu

Magazine Luisa

Avon

Petrobras

Petrobras Distribuidora

Comunicação Social

Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM

Presidência da República - PR

***Acesse o site de origem: [Empresas e instituições reforçam campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha](#)***

---

# Projeto de Lei e alteração no Ligue 180 reforçam eficácia da Lei Maria da Penha

**(Contas Abertas)** Projeto de Lei aprovado nesta semana pela Câmara dos Deputados facilita a apuração de crimes de violência doméstica e familiar. A proposta altera a Lei Maria da Penha ao prever que o Estado terá que apurar a denúncia e punir o agressor mesmo que a denúncia não tenha sido feita pela mulher.

Em março do ano passado, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que as vítimas de violência doméstica só teriam a proteção do Estado se denunciassem pessoalmente o agressor. O Projeto de Lei 5297/09, que segue para o Senado Federal, estabelece que o crime previsto na Lei Maria da Penha motivará uma ação pública incondicionada, não sendo mais preciso a representação da vítima para que apuração da violação se inicie.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Projeto de Lei e alteração no Ligue 180 reforçam eficácia da Lei Maria da Penha \(Contas Abertas - 14/03/2014\)](#)

---

# **SPM-PR: Nota da ministra Eleonora Menicucci: conversão do Ligue 180 em disque-denúncia**

**(SPM-PR)** Um dos compromissos assumidos pelo Governo Federal e Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República no lançamento em 2013 do Programa Mulher, Viver sem Violência, está sendo cumprido hoje.

Estamos entregando a conversão do Ligue 180 em disque-denúncia, que é o segundo eixo do programa. Esta transformação gera o encaminhamento direto, pelo serviço, dos relatos de violência feitos pelas mulheres aos órgãos competentes da Segurança Pública de cada unidade da federação, mais próximos possível do local de moradia da mulher.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Nota da ministra Eleonora Menicucci: conversão do Ligue 180 em disque-denúncia \(SPM-PR - 13/03/2014\)](#)

---

## **Cidadania para as mulheres, por Eleonora Menicucci**

*(Folha de S.Paulo)* A conquista de direitos iguais para mulheres e homens é hoje uma urgência para a democracia e para o desenvolvimento do país. Se

as brasileiras são pouco mais da metade da população e mães da outra metade, como pode o país emancipar-se por inteiro sem a igualdade e equidade de gênero?

Um exemplo revela quão injusta é a situação das mulheres ribeirinhas. Recentemente, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) fez extensa viagem piloto pelo arquipélago de Marajó, nas agências-barco da Caixa. O objetivo foi diagnosticar a situação das mulheres.

Ali, a violência contra elas chega ao ponto de parecer um direito masculino passado de pai para filho. Isso espelha valores patriarcais existentes na verdade em todo o país. É por isso que as políticas públicas que vêm sendo implementadas pelo governo da presidenta Dilma Rousseff buscam romper com os preconceitos sexistas.

A criação da SPM em 2003 colocou claramente para a sociedade que as reivindicações delas, longe de serem questões privadas, são na verdade uma exigência de justiça, de democracia, de direitos humanos.

Dois anos depois, tivemos a criação do Ligue 180, para o atendimento telefônico 24 horas por dia de mulheres em situação de violência –e, em 2006, da lei considerada pela ONU como uma das três mais avançadas do mundo, a Maria da Penha.

O governo federal vem implementando políticas públicas que enfrentam a violência de gênero em todas as suas formas. Simultaneamente, fortalece políticas de autonomia econômica e de articulação responsáveis, estas últimas por levar o acesso aos direitos a todas as brasileiras. Há um ano, a presidenta Dilma Rousseff lançou um desafio para o governo e para toda a sociedade: tolerância zero com a violência contra as mulheres.

Esse gesto traduziu-se no programa Mulher, Viver sem Violência.

Um dos seus eixos é a Casa da Mulher Brasileira. Cada um dos 26 Estados mais Distrito Federal está recebendo uma delas. E para romper com a via crúcis a que a mulher estourada pela violência é obrigada a percorrer na busca dos serviços, o programa institui uma logística de transporte. Além

disso, integra num mesmo espaço todos os serviços de enfrentamento à violência e de rompimento com o ciclo desta. Outro fator de capilaridade são as unidades móveis: ônibus especialmente adaptados (54 deles, dois por Estado e DF) para levar os serviços às mulheres rurais.

As políticas do governo estimulam ainda a igualdade de salário e oportunidades, por meio do Pró-Equidade de Gênero e Raça e do Pronatec, programa no qual dois terços dos participantes são do sexo feminino e que tem gerado crescente ocupação de postos tradicionalmente masculinos por mulheres.

Um outro programa estimula meninas e jovens a se direcionarem para as áreas de exatas, engenharia e computação. O Fazendo Ciência já teve centenas de inscrições desde o seu lançamento, em 2013.

Os desafios ainda são grandes. Mesmo com uma lei que exige eleições com a proporção de candidaturas entre sexos de pelo menos 70% e 30%, nossos índices de participação política das brasileiras ainda são baixos. Variam de 7,4% nos governos estaduais e distrital a 9,2% na Câmara dos Deputados e 8,6% no Senado Federal.

Com a inclusão no Estado de Direito de milhões de mulheres -na grande maioria, invisíveis-, o governo federal reafirma o seu compromisso de transformar o Brasil num país mais justo e igualitário, por meio do acesso universal aos serviços que garantem os direitos. Hoje, as brasileiras não estão mais sozinhas. O Estado está com elas.

ELEONORA MENICUCCI, 69, é ministra de Estado chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

Acesse em pdf: [Cidadania para as mulheres, por Eleonora Menicucci \(Folha de S.Paulo -08/03/2014\)](#)

---

# **Ligue 180 é tema de reunião técnica entre a SPM e representantes de órgãos estaduais de Segurança Pública**

*(Compromisso e Atitude/SPM-PR) Encontro em Brasília teve o objetivo de apresentar o projeto-piloto de início das atividades do Ligue 180 como disque-denúncia*

A implementação do disque-denúncia da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 foi tema da reunião da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) com um grupo de delegadas e delegados, policiais civis e representantes das Secretarias de Segurança Pública estaduais. O encontro aconteceu na última terça-feira (25/2), em Brasília.

O objetivo foi apresentar o projeto-piloto de início das atividades do Ligue 180 como disque-denúncia. A proposta prevê o estabelecimento de um fluxo de encaminhamento dos casos e a designação de pontos focais em cada estado, que irão atuar no recebimento e distribuição das denúncias.

*Saiba mais lendo a matéria na íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [Ligue 180 é tema de reunião técnica entre a SPM e representantes de órgãos estaduais de Segurança Pública Compromisso e Atitude - 28/02/2014](#)*